

NEREU JOSÉ GIACOMOLLI

**Legalidade, Oportunidade e Consenso no Processo Penal
na Perspectiva das Garantias Constitucionais**

Alemanha - Espanha - Itália - Portugal - Brasil

Livraria do Advogado Editora

Porto Alegre
2006

**343.1
G4291**



Giacomolli, Nereu José

Legalidade, oportunidade e consenso no Processo Penal na perspectiva das garantias constitucionais: Alemanha, Espanha, Itália, Portugal, Brasil/Nereu Jose Giacomolli. - Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed., 2006.

424 p.; 23 cm.

ISBN 85-7348-397-0

1. Processo Penal. 2. Direitos e garantias individuais. 3. Consenso. 4. Legalidade. I. Título.

Índices para o catalogo sistemático:

Processo Penal

Direitos e garantias individuais Consenso Legalidade

Bibliotecária responsável: Marta Roberto CRB - 10/652i

343.1
G4291



Sumário

Abreviaturas	15
Introdução	17
Capítulo I	
LEGALIDADE, OPORTUNIDADE E CONSENSO	23
1. Antecedentes	23
1.1. Direito Romano	23
1.2. Direito de origem germânica	27
1.3. Reunião de Helsinque e Conselho da Europa	34
1.4. Sistema da <i>common law</i>	38
Capítulo II	
LEGALIDADE NO PROCESSO PENAL	47
1. Conceito e fundamentos	47
2. Efeitos	52
Capítulo III	
OPORTUNIDADE E CONSENSO NO PROCESSO PENAL	59
1. Considerações	59
2. Conceitos	64
3. Fundamentos	76
3.1. Dignidade da pessoa e estigmatização	79
3.2. Dignidade da pessoa da vítima	83
3.3. Incidência proporcional do <i>ius puniendi</i>	87
3.4. Tratamento integrador, restaurativo e preventivo	96
3.5. Adequação a finalística processual	99
4. Críticas aos mecanismos de consenso	101
4.1. Ofensa as garantias processuais	101
4.2. Mercantilização utilitária do processo penal	112
4.3. Solução processual inadequada	114
4.4. Retrocesso processual	116
Capítulo IV	
O CONSENSO NA ALEMANHA	119
1. Considerações sobre o processo penal na Alemanha	119
2. Legalidade, oportunidade e consenso	128
3. Mecanismos de consenso	133
3.1. Suspensão incondicional comum	134
3.1.1. Conceito	134

343.1
G4291



3.1.2. Fundamentos e natureza jurídica	135
3.1.3. Requisitos	136
3.1.4. Efeitos	140
3.2. Casos especiais da suspensão incondicional	141
3.3. Suspensão condicional	146
3.3.1. Conceito	146
3.3.2. Fundamentos e natureza jurídica	146
3.3.3. Requisitos	148
3.3.4. Condições	149
3.3.5. Efeitos	151

Capítulo V

O CONSENSO NA ESPANHA	155
1. Considerações sobre o processo penal na Espanha	155
2. Legalidade, oportunidade e consenso	168
3. Mecanismos de consenso	180
3.1. A conformidade	180
3.1.1. Antecedentes e evolução	180
3.1.2. Conceito	185
3.1.3. Natureza jurídica	190
3.1.4. Fundamentos	194
3.2. Espécies de conformidade	197
3.2.1. Conformidade no processo ordinário	199
3.2.1.1. Momentos processuais	199
3.2.1.2. Requisitos	201
3.2.1.3. Efeitos	208
3.2.2. Conformidade no processo abreviado	221
3.2.2.1. Momentos processuais	223
3.2.2.2. Requisitos	225
3.2.2.3. Efeitos	228
3.2.3. Conformidade no processo do Tribunal do Júri	233
3.2.3.1. Momentos processuais	233
3.2.3.2. Requisitos	235
3.2.3.3. Efeitos	237
3.2.4. A conformidade no processo especial imediato	239
3.3. O reconhecimento dos fatos	241
3.3.1. Conceito e natureza jurídica	241
3.3.2. Requisitos	244
3.3.3. Efeitos	248

Capítulo VI

O CONSENSO NA ITÁLIA	253
-----------------------------	-----

343.1

G4291



1. Considerações sobre o processo penal na Itália	253
2. Mecanismos de consenso	257
2.1. Consenso sobre o processo	258
2.2. Consenso a respeito da pena	261
2.2.1. Antecedentes	262
2.2.2. Conceito e natureza jurídica	263
2.2.3. Requisitos	265
2.2.4. Efeitos	268
2.3. A monitoria penal	273
2.3.1. A oposição ao decreto de condenação	275

Capítulo VII

O CONSENSO EM PORTUGAL 277

1. Considerações sobre o processo penal em Portugal	277
2. Mecanismos de consenso	281
2.1. Arquivamento do processo	281
2.2. Suspensão condicional do processo	283
2.2.1. Fundamentos e requisitos	284
2.2.2. Condições	285
2.2.3. Controle e efeitos	286
2.3. Consenso sobre a pena	287
2.4. A aceitação da imputação fática	288

Capítulo VIII

O CONSENSO NO BRASIL 291

1. Algumas considerações históricas e críticas sobre o processo penal no Brasil	291
2. Legalidade, oportunidade e consenso	299
3. Mecanismos de consenso	312
3.1. Acordo civil impeditivo da ac,ao penal	312
3.1.1. Conceito e natureza jurídica	314
3.1.2. Fundamentos	316
3.1.3. Requisitos	318
3.1.4. Efeitos	322
3.2. Acordo criminal	326
3.2.1. Antecedentes	326
3.2.2. Conceito	330
3.2.3. Natureza jurídica	332
3.2.4. Fundamentos	335
3.2.5. Requisitos	338
3.2.6. Efeitos	348
3.3. Suspensão condicional do processo	357

343.1
G4291



3.3.1. Antecedentes	357
3.3.2. Conceito	364
3.3.3. Natureza jurídica	367
3.3.4. Fundamentos	370
3.3.5. Requisitos	372
3.3.6. Efeitos	381
Conclusões	387
Bibliografia	399
Anexo: Propostas <i>de lege ferenda</i>	417
Índice analítico	419

343.1
G4291

